

As Pessoas “Sem Terras” no Mundo

Dr. Eng. Andreas Dittmar Weise ¹
Anna Elisa Dabrowski Pedrini ²
Prof. Dr.-Ing. Jürgen W. Philips ³
Prof. Dr. Carlos Loch ⁴

UFSC – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil
88040-900 Florianópolis SC

¹ mail@adweise.de
² annaelisa@agronoma.eng.br
³ jphilips@gmx.net
⁴ loch@ecv.ufsc.br

Resumo: A temática dos “sem terras” é bastante polêmica e séria, e o número de 600 milhões de “sem terras”, devendo este número ser mais alto ainda já que em muitos países não existem estatísticas sobre elas, mostra claramente isso. Conforme será apresentado, existem “sem terras” em vários lugares do mundo, onde algumas querem apenas uma parcela de terra pra sobreviver. Já em outros países a situação das terras, em partes, é bem próxima a do Brasil. Contudo, observa-se a existência de grupos expressivos no tocante da propriedade da terra: latifundiários, diversos grupos políticos, indígenas e os “sem terras”. No que diz respeito às legislações de países americanos notam-se lacunas, não sendo possível, assim, a execução de um sistema cadastral eficiente. Desta forma os sistemas cadastrais, registro de imóveis e etc. Acabam não existindo e acabam sendo considerados até mesmo inaplicáveis.

Palavras chaves: Reordenamento, Sem terras, legislação agrícola

Abstract: The thematic of "landless" is very controversial and serious, and the number of 600 million people, and this number is even higher since in many countries there are no statistics on them, clearly shows this. As will be shown, there are "landless" in various places in the world, where some just want a piece of land to survive. In other countries the situation of the land, in part, is close to Brazil. However, there is a significant group in terms of land: landowners, various political groups, indigenous people and the "landless". As regards the legislation of American countries are noticeable shortcomings, so then can't even make an efficient registration system. Thus the registration systems, property registration and so on. do not exists and they are being considered inapplicable.

Keywords: Rearrangement of parcels of land, Landless, Agricultural legislation

1 Introdução

Um problema bastante polêmico é a situação dos “sem terras” ao redor do mundo. Estas pessoas, que ficam entre a fome e os grandes problemas da legislação territorial, como falta de cadastro rural, acabam tornando-se até mesmo vítimas de guerras civis. O problema dos “sem terras” existe no mundo inteiro, mas em diferentes dimensões e por diferentes razões. O continente Americano, com suas três partes: norte, sul e central, é bastante conhecido por este problema, especialmente na América Latina, onde há a utilização da terra em forma de monoculturas ou produções não diversificadas. A soja, a cana de açúcar e o gado bovino aparecem bastante neste cenário, já que são produções de expressão de exportação e assim ajudam na amortização das dívidas nacionais. Há também o fato de latifundiários tomarem com violência as terras de pequenos agricultores (ILA, 2005). A economia da exportação é sempre relevante no tocante da terra, já que esta traz um grande retorno financeiro para o governo e para a elite econômica do país. O objetivo deste artigo é apresentar o problema e as causas das pessoas “sem terra” em alguns países do mundo.

2 Método

O presente estudo classifica-se como descritivo quanto aos seus fins realizado por meio de um estudo bibliográfico e um estudo de caso (Vergara, 2005). A característica um de estudo descritivo decorre pela intenção de expor características de uma população ou de um fenômeno, sem o compromisso de explicá-lo, embora sirva de base para possíveis explicações (Vergara, 2005). Já a caracterização do estudo de caso provém da sua concentração em um objeto específico, o que permite que o pesquisador chegue a uma análise mais concentrada, mas por outro lado impede a generalização das conclusões (Gil, 2002).

3 Definição as pessoas “Sem Terras”

A definição as pessoas “sem terras” é sempre complicada, porque em cada país esta é diferente. O Brasil é um país mundialmente conhecido por seus “sem terras”. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado no ano de 1984 e sete anos depois recebeu o prêmio Nobel Alternativo pelo trabalho sem violência nos protestos. O MST define as pessoas “sem terras” (MST, 2010), como: *posseiros; assalariados, bóias-frias e diaristas; parceiros; meeiros; arrendatários; e pequenos agricultores*. Há, portanto, outros grupos ao redor do mundo que também são considerados “sem terras”, como os ciganos, povos nômades que mudam de local com o gado e não permanecem por muito tempo em um lugar só. A propriedade da terra para eles não possui valor, fato pelo qual muitas vezes eles não respeitam esta condição com as propriedades alheias. Na Europa os ciganos mais conhecidos são os “*Sinti*” e os “*Roma*”, que são originários da Índia. Um outro grupo se chama “*Jenischen*”, de origem provavelmente européia também. Hoje em dia muitos destes grupos ciganos já não são mais nômades, apesar de grupos como os “*Manouche*” e os “*Kalderasch*”, ambos grupos franceses, ainda manterem o hábito das constantes mudanças (WEISS, 2010).

Um outro caso de “sem terras” são as pessoas que possuíam terra, mas por causa de guerras suas áreas agrícolas tornaram-se campos minados, impedindo qualquer tipo de cultivo. E há também aqueles que pelo excesso de calor e falta de água de qualidade, ficaram com suas terras praticamente improdutivas. Todos estes grupos, ciganos e donos de terras improdutivas, são consideradas “sem terras”. Como visto, o problema das pessoas “sem terras” não é exclusivo do Brasil ou da América Latina, é um problema mundial, e quase todos os países possuem algum tipo de grupo de pessoas “sem terras”. Porém, em países industrializados, este grupo de pessoas não é significante, não costumam fazer protestos ou outros tipos de demonstrações com violência. Por exemplo, o Instituto de Estatística da Alemanha não possui estatísticas sobre as pessoas “sem terras”, tornando difícil a avaliação destes grupos, já que muitos alemães não querem ser proprietários de um imóvel.

4. América

4.1 Brasil

No Brasil estão mais ou menos 5 milhões de famílias “sem terras” e a divisão da terra é desigual (HÖNICKE, 2010). Apenas 10% de povo têm 80% da terra, mas 50% da terra pertencem a grandes proprietários e empresas e não são usadas (MST, 2009) e quase 63% da terra brasileira é considerada improdutiva.

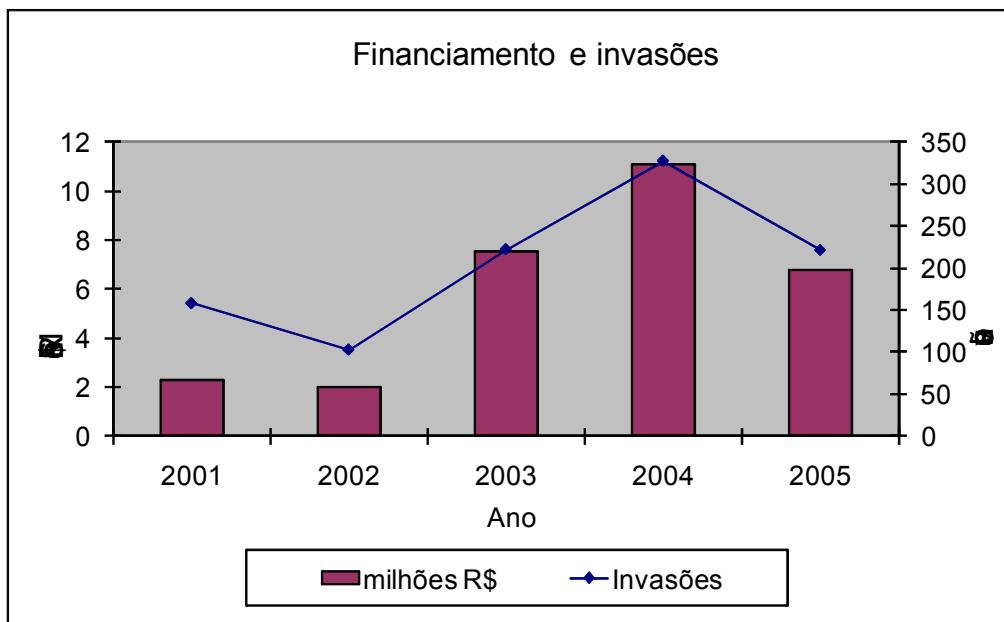


Figura 1 – Financiamento e Invasões
Fonte: MST [1] (2010)

Para o Brasil isso significa que praticamente 40% do solo útil é improdutivo (HÖNICKE, 2010). Entre os anos de 1985 e 2002 morreram no mínimo 1280 pessoas nos conflitos de terra (HÖNICKE, 2010), sendo que quase 50% dos conflitos de terra no Brasil ocorrem nas regiões Nordeste e Norte, já que estas apresentam muita área rural com propriedades improdutivas e os latifundiários acabam regendo as leis do local. Em 2002 apenas 36.000 famílias de um planejado de 70.000 receberam terra (FRIGO, 2005). O governo Lula prometeu doar terras para 400.000 famílias durante dos quatro anos do primeiro período do mandato, mas em 2003 apenas 37.000 receberam um terreno (HEKS, 2005). Em 2004 também foram estabelecidas entre 70.000 e 80.000 famílias, ainda que 215.000 colonizações tivessem sido prometidas (FRIGO, 2005). Na história do país também existiram outras épocas onde o governo apoiou a reforma agrária, como entre 1985 e 1988, quando o governo José Sarney distribui 67 milhões de hectares para 900 mil famílias (MISERÉZ, 2005). Durante de período de 25 anos desde a formação do MST eles conseguiram para 500.000 famílias “sem terras” entre 15 e 20 hectares de solo (MARTÍNEZ, 2005). Como a imagem mostra, quanto mais o MST recebe mais verba, mais eles invadem, mostrando o tamanho da criminalidade e da violência.

4.2 Peru

O governo militar distribuiu 40% das terras agriculturáveis no ano 1969 e as desapropriações dos anos entre 1975 e 1981 dividiram as fazendas entre os necessitados, mas sendo apenas uma solução de curto prazo (MARTÍNEZ, 2005).

Nos anos 90 o governo Fujimori não conseguiu resolver este problema, mesmo realizando uma nova reforma agrária, pois atualmente mais de 50% do povo vive na pobreza e a liberação de verbas e créditos para insumos são bastante difíceis.

4.3 Paraguai

Este país vive através da economia da agricultura, mas a distribuição da terra é desigual, pois apenas 1% dos proprietários possui 77% do solo (KERKOW, 2002). O resultado disso é que os “sem terras” (camponeses) protestam. Também são considerados “sem terras” o povo indígena, porque eles não são proprietários da terra e não conseguem alimentos, pois as áreas são pequenas e praticamente inúteis para sua sobrevivência. A “guerra” existente entre os dois grupos (indígenas e brancos) piora a situação, porque se os indígenas recebem alguma terra, os camponeses querem ocupá-la, e às vezes a fazem com violência (WALKOWSKI, 2003).

4.4 Bolívia

O primeiro país na América do Sul que fez uma reforma agrária foi a Bolívia em 1952. Porém, nesta época, quando 80% da terra fomos distribuídas, apenas 45% das famílias “sem terras” receberam algo e fora desta distribuição ficaram os nativos da Bolívia (WELT HUNGER HILFE, 2006). O governo de General Hugo Bánzer deu nos anos 70 quase 12 milhões de hectares gratuitamente para seus amigos nacionais e internacionais (WELT HUNGER HILFE, 2006). Por causa de protestos de nativos e “sem terras” o governo criou em 1996 o Instituto Nacional de Reformas Agrícolas com o objetivo de distribuição de terra não utilizadas e ilegais que o governo recuperou para defender os direitos dos nativos. Para a realização deste plano o governo recebeu até hoje quase US\$ 70 milhões de assistência a países subdesenvolvidos (WELT HUNGER HILFE, 2006). Para os nativos o problema da terra é um problema de sobrevivência, já que hoje 85% das terras agrícolas estão nas mãos de latifundiários, que são normalmente políticos influentes e condutores regionais, que se opõe à recuperação das terras em prol dos nativos.

4.7 Venezuela

Quase como na Bolívia, a primeira reforma da terra começou no fim dos anos 50 e distribuiu partes do solo para os “sem terras”, porém muitas destas terras eram improdutivas (MARTÍNEZ, 2005). Mais de 50 anos depois o presidente Chávez, no dia 13 de novembro 2001, fez, através de 49 decretos, uma nova lei da terra. Estes decretos visavam acabar com a injustiça social e com os latifúndios, atingindo somente as terras não usadas para serem desapropriadas (um proprietário pode ter no máximo 5.000 hectares). Esta distribuição foi muito rápida e até agosto 2003 o governo distribuiu 1.340.000 hectares para 62.800 famílias (LEMOINE, 2003). Entre 2003 e 2006 o Instituto Nacional da Terra distribuiu mais 2,3 milhões hectares de solo, terra esta que não era usada pelo governo (AZZELLINI, 2006).

4.8 El Salvador

Os terrenos que o governo destina para os “sem terras” são antigas terras da estrada de ferro. Por exemplo, o governo entregou 3 km do lance Santa Ana - Ahuachapán perto de Atiquizaya para os “sem terras”. Com isso o governo assentou com sucesso e quase sem custos (RACHADI, 2005).

4.9 Nicarágua

A Nicarágua é o país mais pobre da América Central e o segundo mais pobre do América Latina, estando atrás apenas do Haiti. A revolução dos anos 80 desapropriou as terras da família Somoza (que tinha um quinto da terra agrícola do país) e a distribuiu pra as famílias “sem terras” e pequenos agricultores. Porém, 25 anos depois os pequenos agricultores são tão ou mais pobres (MARTÍNEZ, 2005), pois 70% do 5,5 milhões habitantes ganham menos de um dólar por dia, 60% são desempregados e o restante trabalha fora do país para ajudar as famílias. A guerra civil e catástrofes naturais também prejudicaram muito os agricultores e a economia do país (KOOP, 2006).

5. África

Como o continente mais pobre do mundo, a maioria das pessoas na África vive na pobreza por causa das colonizações, guerras civis e ameaças. Uma minoria, normalmente branca, possui o poder de decisão, e esta concentração fundiária baseada na segregação racial é algo que os negros não aceitam. Desta forma a maioria da população não tem a possibilidade de receber terra sem que haja algum tipo de violência.

5.1 Quênia

A “Social Watch” propõe uma reforma agrária para as regiões Central, Rift Valley e Western. A apropriação ilegal neste país costuma gerar grande violência (KERKOW, 2002). Outro grande problema no Quênia são os nômades “massai”, conhecidos pelas grandes caminhadas a procura de água e alimento para seus animais, concorrendo diretamente com os recursos disponíveis nas propriedades privadas (WELTHUNGERHILFE, 2006).

5.2 África do Sul

Em 2001, foi criado na África do Sul o *Landless People's Movement* (LPM) como uma ação de resposta ao fato de os governos que se seguiram ao *apartheid* não terem realizado o que a Constituição do País previa: a redistribuição de 30% da terra agricultável do país entre a população negra. Segundo a Constituição

daquele país, haveria três modos principais de redistribuição de terra: a) a restituição das terras para as famílias que comprovassem terem morado em áreas rurais, antes do ato de 1910; b) por projetos de reforma agrária baseados na compra e/ou em expropriação de terras comerciais; c) distribuição de terras para as famílias negras que viviam e trabalhavam em fazendas pertencentes a brancos ao longo do *apartheid (labour tenants)* (ROSA, 2008). Sob o velho regime da África do Sul foram 3,5 milhões pessoas expulsas de sua terra, sendo posteriormente domiciliadas em áreas improdutivas, chamados "Homelands" (HEKS, 2006). Na África do Sul 87% dos solos produtivos são propriedade da minoria branca, representada por 20% do povo (HEKS, 2006; LPM, 2003).

5.3 Angola

Desde a independência de Portugal, em 1975, existe em Angola uma guerra civil que está quase no fim, mas que até hoje mais de 100.000 pessoas morreram e mais ou menos 4,5 milhões foram expulsas de suas terras (UNO-FLÜCHTLINGSHILFE, 2005). Muitos terrenos não são utilizados por causa dos campos minados existentes, por isso os proprietários quase não possuem terras, resultando na insuficiente produção da agricultura para cobrir a demanda.

5.4 Burkina-Fasso

O caso de Burkina-Fasso e alguns países africanos é um pouco diferente. Neste país existe uma base legislativa que regula a propriedade da terra. Eles produzem algodão, e de 10 a 15 milhões pessoas vivem deste negócio (BURMAN, 2006). Pela subvenção dos países mais ricos, há a baixa do preço do algodão, o que faz com que estes pequenos agricultores não consigam pagar suas dívidas e assim acabam vendendo parte de seus terrenos, criando novos "sem terras".

5.5 Zimbábue

O governo do Zimbábue criou um programa chamado "*fast track*", que através da reforma agrária desapropria os proprietários brancos e divide as grandes fazendas, fornecendo partes destas para o povo negro com o seguinte princípio: uma família, uma fazenda. O tamanho da fazenda deve ser no máximo 300 hectares no *Mashonaland* e 750 hectares no *Midlands* (MÖLLERS, 2008). Estas diferenças se devem à variação da produtividade do solo. Com isso o governo quer criar uma nova classe social de agricultores. O primeiro resultado foi que em junho 1989 aproximadamente 52 mil famílias obtiveram cerca de 2,8 milhões hectares (16% da terra cultivável total), anteriormente desapropriadas pelo governo. Onze anos depois um total de 3,5 milhões hectares possui novos proprietários (quase 75 mil famílias).

6. Ásia

Ouve-se sempre muito sobre as guerras na África, sobre a luta na América, mas quase nada se sabe sobre este continente, onde mora mais da metade da população mundial, a Ásia. Países com guerras civis abertas, como Iraque e Afeganistão, ainda não foram investigados, assim não é possível qualquer tipo de informação a respeito.

6.1. Bangladesh

Em Bangladesh não existem dados estatísticos, sabe-se apenas que os "sem terras" também existem, mas quantificá-los é praticamente impossível. As mulheres deste país não têm os mesmos direitos que os homens por causa da religião (muçulmana e hinduista), então elas enfrentam problemas ao receber um terreno ou créditos para a compra de insumos. Desde a interdependência em 1971, o governo terminou com os direitos da terra, e os nativos não têm mais o direito de morar no mesmo lugar de suas famílias (HEKS, 2007).

6.2 Índia

Neste país 70% do povo são agricultores, no entanto 42% não possuem terras e mais de 54% são "sem terras" ou quase (KERKOW, 2002). Na maior parte da Índia a terra é propriedade das castas altas. A lei em vigor data a época da colonização britânica, que foi redigida em 1894 e autoriza os Estados regionais a adquirirem terras em nome do "interesse geral". Com isso as terras agrícolas da Índia estão se

transformando cada vez mais em campos de batalha. A exemplo, nos Estados de Orissa, de Maharashtra e de Karnataka, milhares de camponeses lutam contra a aquisição de seus terrenos por grandes grupos industriais (Bouissou, 2010). Os indianos, chamados *Adivasi*, quase sempre foram expulsos de suas terras e hoje vivem em favelas, trabalham para os latifundiários ou são pequenos agricultores (HEKS, 2005). O primeiro presidente Nehru declarou a reforma da terra no ano 1947, mas até hoje quase não existe uma mudança significativa. Apenas nos estados de Westbengalen e Kerala começaram algumas mudanças, embora muito sem expressão. Na Índia, até o ano de 2000, apenas 2% das terras agrícolas foram distribuídas (DROGA, 2006).

7. Europa

A Europa possui apenas dois países com pessoas “sem terras” oficiais, Chipre e Turquia. A Turquia vive, como muitos outros países, da economia agrícola e quase 60% do povo trabalha diretamente no setor agrícola. Por outro lado 7% das famílias possuem 51% das terras. No total existem mais ou menos 30% de “sem terras”, que geralmente são trabalhadores migratórios. Uma reforma que começou em 1973 nunca foi terminada, e, contraditoriamente, os latifundiários receberam as terras que eles mesmos perderam. O serviço de reforma da terra faz hoje apenas a reorganização parcelar, porque uma dispersão pelo direito hereditário aumenta muito os volumes das parcelas e diminui seus tamanhos. Em 1985 moravam 4,3 milhões de pessoas em 9.250 municípios, mas até hoje, em mais de 2 mil municípios, pessoas foram expulsas de suas terras e suas casas destruídas pelos militares. A administração militar proibiu o retorno destas pessoas às terras e o governo não possui planos e projetos, não tendo também um cadastro dos “sem terras” (SOCIAL TIMES, 2010). No resto dos países existem também pessoas “sem terras”, mas estes não são tão conhecidos e não existem estatísticas sobre.

8. Mundo

Um terço do mundo, dois bilhões de pessoas em 40 países, têm problemas de abastecimento de água, conforme a UNESCO. Aproximadamente 1,1 bilhões de pessoas no mundo vivem na pobreza (WEBCIENCIA.COM, 2010). No mundo inteiro, mais de 852 milhões de pessoas têm fome (STOOLDT, 2010), sendo que 70% são “sem terras” e pequenos agricultores (ANDRIOLI, 2010), ou seja, 600 milhões de pessoas. O que faz um agricultor improdutivo? Terras inadequadas, ou se as tem, faltam sementes, falta água, falta infra-estrutura e faltam máquinas. O acesso ao mercado também é precário e muitas vezes há a necessidade de especialistas que orientem os agricultores em seus cultivos e produções, evitando perdas e prejuízos maiores. O acesso ao mercado externo também é um pouco dificultado para os pequenos agricultores, já que a maioria da demanda de produção depende de grandes escalas.

As grandes empresas querem vender mais para produzir mais, o que necessita de mais terras para isso. Por outro lado nos países ricos os governos gastam bilhões de subvenções para que os produtos agrícolas deles sejam tão ou mais baratos que os produtos agrícolas do terceiro mundo (BUKO AGRAR KOORDINATION [1], 2006). Assim, com a abertura dos mercados, os países mais pobres enfraquecem o mercado nacional e os pequenos agricultores, já que os custos de produção interna tornam-se tão ou mais caros do que os custos dos produtos importados (BUKO AGRAR KOORDINATION [1], 2006).

9. Considerações finais

O problema dos “sem terras” é sério e ainda não foi resolvido. O número de 852 milhões de pessoas “sem terras” mostra isso muito bem, devendo este número ser muito mais alto, já em muitos países não existem estatísticas sobre estas pessoas. Como se vê, existe uma grande parcela de indivíduos que precisam e querem apenas um pedaço de terra pra sobreviver. A desapropriação de terras é um caminho, mas não totalmente correto, visto que uma parte destes proprietários pagou pelas terras, e neste caso a desapropriação torna-se um roubo. Por outro lado os governos não têm terras suficientes pra distribuir. Então como resolver isso?

No caso do Brasil existe um caminho que pode ser uma solução para o assunto. A Lei da Terra de 1850 fala que, caso um proprietário não utilize sua terra, ele deve devolvê-la. Poucos fizeram isso, sendo, portanto muito importante rever estas áreas que tornaram-se irregulares. Durante muito tempo parte desta terra foi vendida, portanto perderam os diretos a ela pela lei. No caso das famílias que ainda estão no mesmo local, o caso é simples: basta devolver a terra. Entretanto, a distribuição não é tudo. Os governos

também devem apoiar os agricultores financeiramente e com assistência técnica eficiente, para que possam se estruturar e não abandonar o campo. Se todos apoiarem, o problema será resolvido em pouco tempo. Nos outros países apresentados percebe-se que a situação de terras, em partes, é bem próxima a do Brasil. Contudo, observa-se a existência de grupos relevantes no tocante da propriedade da terra: latifundiários, diversos grupos políticos, indígenas e os chamados "sem terras". No que diz respeito às suas legislações, notam-se fraquezas lacunas, não sendo possível, assim, a execução de um sistema cadastral eficiente. Desta forma, sistemas cadastrais, registro de imóveis, etc. não existem e infelizmente são considerados até mesmo não aplicáveis.

10. Referências

- ANDRIOLI, A. I.** *A Alemanha, o Brasil e o conflito Norte–Sul*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/050/50andrioli.htm>>. Acesso em: 22 abril 2010.
- AZZELLINI, D.** *Boden für 100000 Landlose*. Disponível em: <http://www.venezuela-avanza.de/index.php?option=com_content&view=article&id=250:boden-f00000-landlose&catid=15:junge-welt-2005&Itemid=95>. Criado: 27 novembro 2006. Acesso: 25 fevereiro 2010.
- BOUSSOU, J.** *Abonnez-vous au Monde à 17€/mois*. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/planete/article/2010/03/10/en-inde-guerre-des-terres-entre-paysans-et-industriels_1317084_3244.html>. Acesso em: 03 março 2010.
- BUKO AGRAR KOORDINATION.** *Landlose und Agrarreform*. Disponível em: <<http://www.bukoagrар.de/23+M5b03a7b34b9.0.html>>. Acesso em: 13 junho 2006.
- _____ [1]. *Wirtschaft global - Hunger egal? Für das Menschenrecht auf Nahrung*. Disponível em: <<http://www.bukoagrар.de/28+M54d7d16df65.0.html>>. Acesso em: 14 junho 2006.
- DROGA, B.** *Neu-Delhi, besetzte Stadt?*. Disponível em: <<http://www.jungewelt.de/archiv/034.php>>. Criado em: 02 outubro 2006. Acesso em: 29 abril 2010.
- FRIGO, D.** *Seit Lula hat die Gewalt gegen Landlose wieder zugenommen*. Disponível em: <<http://www.lateinamerikanachrichten.de/?/artikel/373.html>>. Acesso: 15 março 2005.
- GIL, A.C.** *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HEKS.** *Vertriebene lernen sich zu wehren*. Disponível em: <http://www.heks.ch/pls/heks/projectdb.search?connection_id=-1&iregion=easterncape.html>. Acesso em: 01 abr. 2006.
- _____. *Nahrung und Frieden für Bergvölker*. Disponível em: <http://www.heks.ch/pls/heks/projectdb.search?connection_id=-1&iregion=BANGLADESCH.htm>. Acesso em: 15 março 2007.
- _____. [1]. *Rechte für die Urbewohner*. Disponível em: <http://www.heks.ch/pls/heks/projectdb.search?connection_id=-1&iregion=INDIEN.htm>. Acesso em: 05 dezembro 2005.
- _____. *Bildung und Rechte für Kleinbauern*. Disponível em: <<http://www.heks.ch/de/themen/Bildung-und-Rechte-fuer-Kleinbauern>>. Acesso: 09 abril 2005.
- HÖNICKE, M.** *Wirtschaft global- Hunger egal? Für das Menschenrecht auf Nahrung*. Disponível em: <<http://www.bukoagrар.de/28+M54d7d16df65.0.html>>. Acesso: 25 fevereiro 2010.
- ILA – INFORMATIONSSTELLE LATAIN AMERIKA.** *Landlosenbewegung*. Disponível em: <<http://www.ilaweb.de/archiv/289inhalt.htm>>. Criado em oct. 2005. Acesso em: 20 abr. 2008.
- JUNGLE WORLD.** *Rebellen mit Grund und ohne Boden*. Disponível em: <<http://jungle-world.com/artikel/2000/24/27577.html>>. Acesso: 09 março 2010.
- Kerkow, U.** *Soziale Entwicklung in Zeiten der Globalisierung*. Disponível em: <http://www.woek-web.de/web/cms/upload/pdf/social_watch/publikationen/swd_report_2002_028_kerkow.pdf>. Criado em 2002. Acesso em: 20 abr. 2010.
- KOOP, S.** *Nicaragua - ärmstes Land in Zentralamerika*. Disponível em: <<http://www.welthungerhilfe.de/984.html>>. Criado: 11 abril 2006. Acesso: 09 fevereiro 2010.
- LEMOINE, M.** *I'm a Landless Peasant, I've Got Land but it's in the Graveyard*. Disponível em: <<http://www.landaction.org/display.php?article=131>>. Criado: 23 oktobro 2003. Acesso: 25 março 2010.

LPM. *TAKE ACTION-South African Organizer Kubheka Harassed by Land Owner.* Disponível em: <<http://www.landaction.org/display.php?article=125>>. Criado em: 09 outubro de 2003. Acesso em: 16 de abril de 2010.

MARTÍNEZ, A. *Latina: la lucha por la tierra.* Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/business/barometro_economico/newsid_4176000/4176781.stm>. Acesso: 17 novembro 2005.

MISERÉZ, M. A. *Landlose organisieren sich.* Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/ger/index/Landlose_organisieren_sich.html?cid=4328082>. Acesso: 17 novembro 2005.

MÖLLERS, H. *Bodenhaftung: Simbabwes Eliten bereichern sich an der Landreform.* Disponível em: <<http://www.afrikaprojekte.de/archiv/3-03moll.html>>. vol. 3. Criado em: maio/junho de 2003. Acesso em: 15 de maio de 2008.

MST. *Questão agrária.* Disponível em: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acesso: 25 agosto 2009.

_____. *Nossa História.* Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7702>>. Acesso: 25 março 2010.

_____. [1]. *About.* Disponível em: <<http://www.mstbrazil.org/?q=about>>. Acesso: 05 janeiro 2010.

RACHADI, S. *FREUNDE LATEINAMERIKANISCHER BAHNEN.* Disponível em: <http://www.zigeuner.de/01_zigeuner-geschichte.htm>. Criado: 5 fevereiro 2005. Acesso: 09 abril 2009.

ROSA, M. *Estado e ações coletivas na África do Sul e no Brasil: por uma sociologia contemporânea dos países não exemplares.* Sociologias, Porto Alegre, n. 20, Dec. 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200013&lng=en&nrm=iso>. Accesso em: 19 Apr. 2010. doi: 10.1590/S1517-45222008000200013.

SOCIAL TIMES. *FIAN kritisiert Passivität der Bundesregierung.* Disponível em: <http://www.socialtimes.de/nachricht.php?nachricht_id=7351&newsrubrik_id=5>. Acesso em: 05 de janeiro de 2010.

STOODT, R. *Konfliktstoff Wasser.* Disponível em: <<http://www.uni-muenster.de/PeaCon/wuf/wf-98/9840700m.htm>>. Acesso em: 14 de abril de 2010.

UNO-FLÜCHTLINGSHILFE. *Angola: Schwierige Heimkehr nach 27 Jahren.* Disponível em: <<http://www.uno-fluechtlingshilfe.de/Angola.php>>. Criado em: 31 maio 2005. Acesso em: 09 de março de 2010.

WAGNER, P. J. *We Can do Great Things! - But What if we Dont?* Disponível em: <<http://www.iei.net/~pwagner/APictureisWorth.htm>>. Acesso: 15 janeiro 2006.

WALKOWSKI, N.-O. *Alles Colorado.* Disponível em: <<http://www.lateinamerikanachrichten.de/index.php?/artikel/461.html>>. Criado: maio 2003. Acesso: 09 fevereiro 2010.

WEBCIENCIA.COM. *Fome.* Disponível em: <http://www.webciencia.com/13_fome.htm>. Criado em: 12 abril 2010.

Weiss, G. *Sinti und Roma.* Disponível em: <http://www.zigeuner.de/sinti_und_roma_seit_600_jahren.htm>. Acesso em: 15 de março de 2010.